

**As novas formas
dos velhos mecanismos
de apropriação da natureza
controle dos corpos-tempos-territórios
e política feminista**

Natalia Lobo



SEMPREVIVA ORGANIZAÇÃO FEMINISTA

As novas formas dos velhos mecanismos de apropriação da natureza: controle dos corpos-tempos-territórios e política feminista

Textos para debate SOF Sempreviva Organização Feminista

Texto Natália Lobo

Edição de texto Luiza Nunes Galvão Caron de Oliveira e Katharina de Lacquilla Carrara Cotrim

Projeto gráfico e diagramação Marina Rago Moreira

São Paulo, agosto de 2021.

As novas formas dos velhos mecanismos de apropriação da natureza: controle dos corpos-tempos-territórios e política feminista. Natália Lobo. São Paulo: SOF Sempreviva Organização Feminista, 2021, 52p.

ISBN 978-65-87591-09-4

1.Economia 2.Agroecologia 3.Sustentabilidade da vida
4.Economia Feminista 5.Natureza I. Título

CDD – 330

Apoio para estudo e publicação

Esta publicação foi realizada com o apoio da Fundação Rosa Luxemburgo e fundos do Ministério Federal para a Cooperação Econômica e de Desenvolvimento da Alemanha (BMZ). O conteúdo da publicação é responsabilidade exclusiva da SOF Sempreviva Organização Feminista e não representa necessariamente a posição da FRL.



**FUNDAÇÃO
ROSA
LUXEMBURGO**

Esta obra possui a Licença Creative Commons de Atribuição Uso Não Comercial – Não a obras derivadas (BY-NC-ND).



SOF Sempreviva Organização Feminista

Rua Ministro Costa e Silva, 36
Pinheiros, São Paulo, SP, Brasil
www.sof.org.br | sof@sof.org.br

As novas formas dos velhos mecanismos de apropriação da natureza controle dos corpos-tempos-territórios e política feminista

Natalia Lobo



SEMPREVIVA ORGANIZAÇÃO FEMINISTA

Sumário

06 Introdução

12 As novas formas de apropriação da natureza

38 Os caminhos contra-hegemônicos criados pelas mulheres

46 A construção de uma agenda comum

49 Referências bibliográficas

Introdução

Historicamente, o avanço do capital sobre a natureza se deu junto do avanço sobre o corpo, o trabalho, o tempo e a vida das mulheres. Porém, ainda que o capitalismo tenha se tornado o sistema econômico dominante no mundo nos últimos séculos, a resistência feminista a ele nunca cessou, e as mulheres não só mantiveram muitos pedaços do mundo longe das mãos do capital como também tentam diariamente abrir espaços fora da lógica do mercado na vida cotidiana. Sabemos que até mesmo o cercamento (*enclosures*) das terras na formação do capitalismo, processo necessário para iniciar o que hoje conhecemos por acumulação do capital, gerou muita resistência – ao contrário do que afirma a história oficial –, e que a linha de frente dessa resistência era formada por mulheres que lutavam para defender as terras e os bens comuns. Muitos conhecimentos, modos de vida, espécies não humanas, espaços e formas de vida comunitária, mais alinhadas ao cuidado com a natureza, foram mantidos e criados durante esses séculos, em resistência e apesar do capitalismo.

A violência e a extensão do avanço capitalista sobre a natureza variam no tempo, mas de quando em quando é notória a expansão das fronteiras de sua dominação. Se no período em que esse sistema estava sendo criado foi necessário transformar a terra e o trabalho em mercadoria, hoje a fronteira do mercado expande para outras esferas da natureza: o capitalismo comercializa o carbono absorvido pelas plantas através da fotossíntese, o trabalho de polinização dos insetos, o ciclo da água, e chama tudo isso de “serviços ecossistêmicos”. A classe dominante só considera isso natural porque está cunhada em uma **subjetividade antropocêntrica, colonialista e patriarcal**, que vê a natureza como partes divisíveis de um todo e não como um grande conjunto de relações, uma teia complexa na qual nenhum fio existe sem o outro.

Um período marcante de aumento da dominação do capital sobre a natureza foi em meados do século XX, quando se desenvolveu a dita Revolução Verde. Naquele período, a partir da apropriação do aparato criado na Segunda Guerra Mundial (como os tanques de guerra e as armas químicas), se desenvolveram muitas das tecnologias usadas até hoje pelo agronegócio, como os grandes tratores, maquinários e agrotóxicos. Foi a partir desse marco que a agricultura passou a ser uma atividade capitalista de escala industrial, que as grandes monoculturas começaram a invadir territórios até então sob controle das comunidades, que muito

conhecimentos, sementes e plantas da agricultura tradicional foram perdidos, e que a agricultura para autoconsumo – feita principalmente pelas mulheres – começou a ser vista como algo atrasado, de pouco valor econômico, além de ser cada vez mais invisibilizada.

Naquele momento, a justificativa oficial para toda essa dominação foi a suposta capacidade que esse novo sistema teria de acabar com a fome no mundo. Passados 70 anos, continuamos vivendo em um mundo com milhões de famintos, que não só foram afastados de suas terras, mas também não conseguem acessar o mercado para comprar seus alimentos. Em muitos casos, quem garante a reprodução da vida dessas pessoas e famílias é a agricultura para autoconsumo que as mulheres continuam praticando, no campo e na cidade, abrindo brechas na lógica de mercado.

Essa breve retomada histórica foi feita para dizer que atualmente vivemos um novo momento de avanço das fronteiras da dominação, mas agora sobre outras esferas e usando outras justificativas oficiais. Se antes o domínio do capital avançava sobre partes da natureza que conseguimos ver (a terra, a floresta, a água), agora presenciamos também a tomada de partes que são, majoritariamente, invisíveis aos nossos olhos (o carbono, as moléculas, os conhecimentos, o espaço eletromagnético por onde passam as ondas da internet). Se antes o pretexto para o aumento da dominação era a fome, hoje – mesmo que a fome continue sendo uma realidade – o pretexto são as mudanças climáticas – uma das questões mais sérias do nosso tempo – e os interesses das corporações se escondem atrás de uma suposta preocupação com a manutenção da vida na terra.

Isso não significa que a terra, os minérios e as florestas não sigam sendo explorados, porque o são, e muito. No Brasil, o avanço da fronteira agrícola e da mineração, notadamente sobre a Amazônia e o Cerrado, demonstra isso claramente. O que acontece é que essas formas antigas se conjugam às novas, ora no mesmo território, ora em territórios diferentes, mas somando esforços para manter a lógica colonial, patriarcal, racista e antropocêntrica do estado atual das coisas.

Essas novas formas de exploração da natureza são alvo de críticas e lutas dos movimentos sociais há décadas. Na Marcha Mundial das Mulheres colocamos a crítica feminista contra a Economia Verde na nossa agenda principalmente a partir da participação na Cúpula dos

Povos, no contexto da Rio +20, em 2012. O feminismo naquele momento atentou para o fato de que, além de representar um avanço para as fronteiras da acumulação, esses projetos têm características que se assemelham a todos os outros que mercantilizam a vida, os corpos e os territórios das mulheres. **Atualizando nosso modo de compreender a dinâmica do avanço do capital sobre a natureza e indo além da perspectiva da sustentabilidade ambiental, reforçamos a necessidade de uma visão de natureza integrada aos humanos, mantida historicamente pelos modos de vida dos povos e comunidades.** Desde então, permanecemos denunciando as falsas soluções do capitalismo.

Os novos cercamentos também encontram lugar nas formulações sobre uma “retomada verde da economia” e sobre um modelo de crescimento econômico baseado no que tem sido chamado de “Green New Deal” ou “Green Deal”, propostas que ganham força principalmente nos Estados Unidos e na União Europeia. Entendemos que esses termos estão em disputa e que movimentos sociais feministas, ambientalistas, sindicalistas e indígenas do Norte Global têm disputado o que essa agenda deve significar em seus países, lutando por uma transição justa e pela construção de outra economia e outro mundo. No entanto, do lado dos governos neoliberais e das corporações, essas agendas de transformação da economia têm sido capturadas para justificar o avanço das fronteiras de dominação sobre a natureza. **O objetivo deste texto é mapear como essa disputa está se desenhando: quais são as tendências do capitalismo e do mercado, e quais são as resistências, alternativas e perspectivas feministas e populares para a construção de uma economia que coloque a vida no centro, a partir da retomada dos corpos-tempos-territórios.**

Enquanto escrevemos este texto, vivemos uma crise que se desdobra em muitas. A crise sanitária do Covid-19, a crise da economia capitalista, a crise política que muitos países governados por neoliberais da ultradireita enfrentam. Os povos de cada país passam por esse momento de formas diferentes, travando resistências em seus territórios. Na semana em que escrevemos essas palavras, há manifestações contra o governo neoliberal de Iván Duque e sua política de militarização na Colômbia – que já deixou dezenas de mortos e, apesar disso, o povo segue na rua, com forte presença da Guardía Indígena que luta por seus territórios e

formas de vida –; a chacina no Jacarezinho (favela na cidade do Rio de Janeiro, Brasil), que levou a grandes protestos contra o extermínio do povo negro, nenhum deles coberto pela grande mídia; na Palestina, o estado de Israel segue realizando ataques que, também contrariando o que é dito pela mídia, fazem parte do projeto de limpeza ética no povo palestino, que já dura dezenas de anos¹. Tudo isso acontece em meio à emergência sanitária, obrigando os povos a se defender através de manifestações, ainda que isso signifique risco de contaminação, por conta da dura realidade de estar entre o vírus e o extermínio armado. Por outro lado, presenciamos agora a eleição constituinte no Chile, que elegeu uma maioria de representantes da esquerda e independentes, um grupo repleto de mulheres e indígenas disposto a enterrar a constituição herdada da ditadura Pinochet. A abertura do processo de eleição constituinte se deu após enormes manifestações no Chile, em 2019, quando talvez o povo organizado nas ruas nem soubesse que conquistaria uma mudança tão grande no curto prazo. Experiências como essas nos ensinam que travar lutas insistentes, plurais e criativas nos torna capazes de abrir mundos até então inimagináveis.

O direito de viver em territórios livres da dominação perpassa todas as lutas acima, e outras que serão citadas neste texto. **Quando falamos de território, falamos também de autodeterminação dos povos, da construção de espaços comuns e de economias que não se guiam pela lógica de mercado, do direito de estabelecer relações harmônicas com a natureza que não precisam ser ensinadas aos povos pelo discurso da sustentabilidade, da capacidade de sermos soberanas nas decisões sobre nossos corpos-tempos-territórios.** Na experiência da Marcha Mundial das Mulheres, aprendemos que o feminismo popular internacionalista se constrói em cada território, mas com princípios em comum: mulheres contra a guerra, contra o capital, contra o racismo, contra o capitalismo e suas falsas promessas, até que todas sejamos livres.

Esta reflexão foi organizada de forma a apresentar, inicialmente, algumas tendências gerais das novas formas de apropriação capitalista da natureza. Na sequência, mostramos as respostas contra-hegemônicas que as

1. Para uma análise feminista dessas mobilizações, ver “Assista ao debate ‘Militarização e violência racista do Estado na Colômbia, Palestina e Jacarezinho’”. Disponível em: <https://www.marchamundialdasmulheres.org.br/assista-ao-debate-militarizacao-e-violencia-racista-do-estado-na-colombia-palestina-e-jacarezinho/> Acesso em: 07 jun. 2021

mulheres, movimentos e povos têm construído a partir de suas experiências e territórios. Buscamos, ainda, demonstrar que essas experiências podem ser incorporadas a um projeto político amplo, o que representa o alargamento dos nossos horizontes como movimentos e organizações: mais do que simples alternativas a serem desenvolvidas localmente, são respostas que nos dizem sobre como organizar outro mundo possível, e sobre o caminho até lá.

As novas formas de apropriação da natureza

Nesta seção, apresentaremos algumas tendências que têm ganhado espaço na nova organização econômica capitalista: **a digitalização, a agricultura 4.0, as ditas “soluções baseadas na natureza”, a bioeconomia e a concepção de sistemas alimentares.** Essas não resumem todas as novas investidas do capital nesse campo, mas dão um bom panorama sobre a forma como esse novo avanço está ocorrendo. Elas foram apresentadas de forma separada neste texto para fins de explicação, mas é importante atentar para o fato de que todas estão profundamente conectadas. A agricultura 4.0 não poderia se desenvolver sem a digitalização; as soluções baseadas na natureza inserem formas de bioeconomia dentro de sua lógica; etc. Mais do que tendências autônomas, elas representam formas através das quais o capital expande as fronteiras da acumulação, suas formas de maquiagem verde e seu controle sobre outros modos de viver, pensar e sentir.

A digitalização

A digitalização é um fenômeno crescente no mundo todo, assim, cada vez mais esferas da nossa vida são mediadas e controladas pelas novas tecnologias. Por isso, podemos falar inclusive de uma “era digital” e de um “capitalismo digital”. Quando usamos esses nomes, estamos nos referindo não só a uma maior presença de dispositivos eletrônicos, mas também a uma economia que se organiza cada vez mais pelos meios digitais (no Brasil, isso fica claro com o advento recente do Pix para realizar praticamente qualquer transição financeira), ao peso das empresas-plataforma em nossa vida coletiva (como as que comandam os aplicativos de transporte e alimentação), a uma forma crescente de se relacionar com os outros apenas através de redes sociais, à concentração do poder político e econômico nas mãos das empresas de tecnologia, entre outros exemplos.

Para começar, é importante saber do que falamos quando falamos da era digital. A maioria das pessoas pode pensar que estamos falando de celulares e computadores, mas isso era antes, pelo menos dez anos atrás — o que pode ser considerado bastante tempo ou quase nada, dependendo do que se considera como parâmetro. Estamos falando das redes eletrônicas e de comunicação que dependem, entre outras coisas, de computadores e celulares, mas também das plataformas digitais de comércio, que funcionam como enormes nuvens de armazenamento que só podem ser aces-

sadas na medida em que usarmos sistemas de inteligência artificial, por conta da quantidade de dados envolvidos. O cérebro humano é o único que administra uma quantidade de dados em nível de Big Data, mas não é capaz de usar todos esses dados ao mesmo tempo. (RIBEIRO, 2020, p. 71)

Para compreender como se opera a digitalização em tantas esferas da vida cotidiana, cabe dizer que ela se dá sobre bases materiais que são propositalmente ocultas: o corpo das mulheres, o trabalho e a natureza. Aprendemos com as nossas companheiras feministas do movimento do *software* livre que esta ideia de que a internet fica “no ar” – reforçada pela nossa convivência diária com o *wi-fi* e o 4G do celular – não corresponde à verdade. Para que a internet possa funcionar, ela depende de uma grande estrutura física (cabos submarinos, servidores enormes que ocupam prédios inteiros, satélites), o que demanda muito trabalho, natureza e energia. A forma como a internet funciona também guarda uma lógica colonial, pois a maior parte das empresas de tecnologia, dos servidores e dos pontos de acesso de cabos submarinos se concentra no Norte Global e a partir dali são extraídos dados de todo o Sul Global. Quando colocamos os cabos submarinos e seus pontos de acesso em um mapa, gerando uma representação gráfica do controle sobre a internet, formam-se rotas similares as que eram realizadas durante as grandes navegações no período colonial. Uma imagem que deixa claro como o poder colonial se mantém e se renova, gerando novas equações.

Devido à crescente importância que a digitalização e os dados têm ganhado no sistema capitalista, podemos dizer que há um capitalismo digital que controla, atualmente, muitas esferas da vida. Esse sistema se baseia em uma quantidade enorme de dados, extraídos em alta velocidade, de todas as nossas atividades cotidianas e dos processos de trabalho. Esses dados, depois de extraídos, servem para organizar a manipulação do comportamento das pessoas, através dos algoritmos², e, com isso, permitir o avanço das fronteiras de mercantilização e financeirização da vida e da natureza.

2. Sistemas que filtram e classificam conteúdos, assim como detectam sentimentos dos usuários e, a partir disso, organizam a rede para os usuários serem mais afetados subjetivamente e estarem mais suscetíveis a anúncios e propagandas.

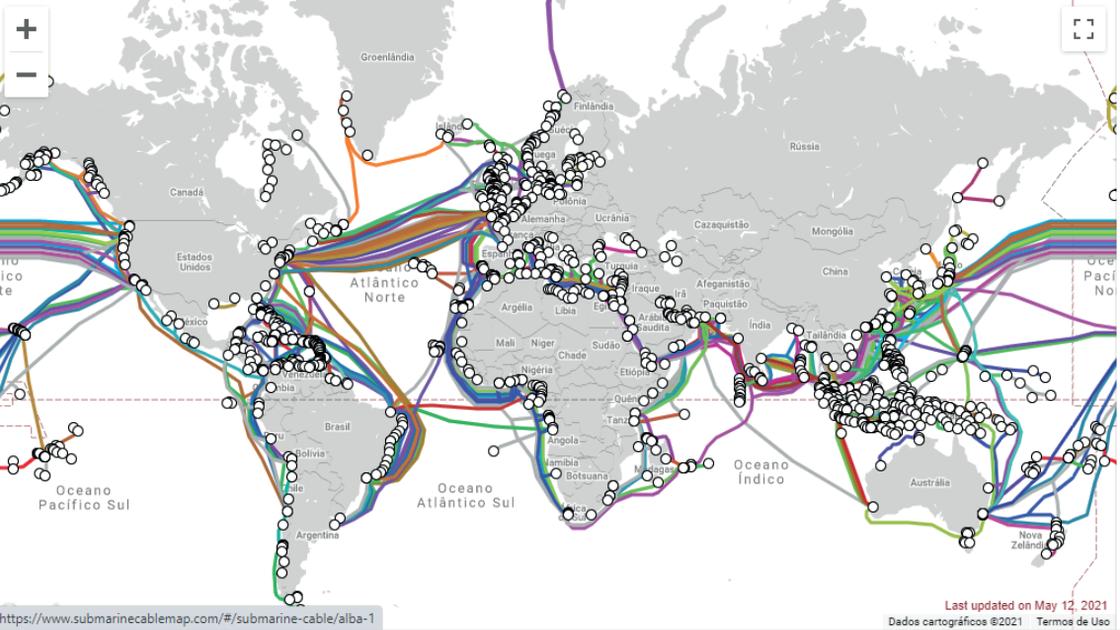


Figura: Mapa-mundi dos cabos submarinos. Fonte: Submarine Cable Map Disponível em <https://www.submarinecablemap.com/>. Acesso em:22 jun. 2021

Boa parte da digitalização aparece no mundo concreto a partir das empresas-plataformas, as quais se apresentam como um intermediário para facilitar algumas atividades. As de transporte, por exemplo, se colocam como intermediárias entre a pessoa que precisa de um carro e o motorista que pode fazer o serviço. As de alimentação ligam a pessoa que quer comprar um prato para o jantar a uma série de restaurantes próximos e abertos naquele dia e horário. O que parece ser só um serviço que “liga duas pontas”, na realidade se mostra uma forma de precarizar o trabalho de mulheres e homens que ficam reféns dessas grandes empresas. Além da precarização, as plataformas também são muito eficientes em eliminar serviços concorrentes. Por exemplo, desde a ascensão das plataformas de transporte, o trabalho de taxistas e de outros motoristas diminuiu consideravelmente. Com o aumento das plataformas de alimentação, as pequenas empresas que reuniam entregadores e os pequenos mercados varejistas perderam espaço. Isso representa uma concentração de poder que frequentemente destrói economias locais e outros tipos de relações econômicas, menos baseadas no mercado³.

3. Tecnopolítica #84: Plataformas digitais e o controle da produção e distribuição de alimentos. S.I: Podcast Tecnopolítica, 2021. P&B. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=eVV1CUCpp40>. Acesso em: 20 jul. 2021.

Mais adiante abordaremos mais alguns impactos da tecnologia na dominação da natureza, mas, por enquanto, o importante é sabermos que hoje o capitalismo digital mudou boa parte das regras do jogo do mundo como o conhecíamos. Isso não quer dizer que ele seja um sistema novo, um novo tipo de capitalismo. Entendemos que isso está mais ligado às sucessivas crises de acumulação que o velho capitalismo enfrenta, o que faz com que ele busque novas fontes de valor e destino de consumo, e o leva a reforçar as dinâmicas imperialistas que já citamos acima (SADOWSKI, 2019). Por fim, é importante sabermos que toda essa digitalização se dá sobre muito **extrativismo, destruição, desposseção e acaparamento da natureza**. Ter consciência do modo como atua o capitalismo tem uma relevância ainda maior hoje, em tempos de isolamento social, em que não faltam discursos enaltecendo a suposta sustentabilidade da nossa vida remota (que emitiria menos gases de efeito estufa pelo menor deslocamento em carros e menos uso de energia em grandes instalações). Tais discursos omitem a grande quantidade de energia e recursos naturais necessários para suportar essa vida em que, cada vez mais, aumenta o número de pessoas conectadas 24 horas.

Toda essa tecnologia se baseia fundamentalmente no extrativismo de minérios feito em territórios da África e da América Latina. Quando as empresas transnacionais da mineração chegam às comunidades, vem com elas um modelo patriarcal de organização da vida conjunta: aumentam os números de casas de prostituição e os casos de violência sexual; as formas não mercantis de organização da economia, mais ligadas às mulheres, são sufocadas pela lógica do desenvolvimento; a reprodução da vida cotidiana fica mais difícil, pois a natureza, base material que permite que isso ocorra, é destruída. Além disso, o capitalismo digital também invade os corpos das mulheres que não estão em territórios invadidos, já que as plataformas oferecem cada vez mais aplicativos de saúde e controle do ciclo menstrual para todas aquelas conectadas à internet. Além de entregarem muito dados para as empresas, que lucram com isso, as mulheres recebem de volta apenas respostas “biológicas” para justificar seu cansaço e suas dores. Assim, a sobrecarga do corpo das mulheres permanece no âmbito individual, como problema da fisiologia de cada uma.

Sob o capitalismo, a produção de eletroeletrônicos é baseada na lógica da obsolescência programada. Isso faz com que a exploração da natureza se intensifique, pois a produção de novos produtos acaba sendo muito maior do que poderia ser. O aprimoramento dos produtos de inteligência artificial (IA), tão exaltados como símbolo do avanço tecnológico, demanda, na realidade, muita energia. Apenas o treinamento de um modelo de inteligência artificial emite cinco vezes mais dióxido de carbono do que um carro durante toda sua vida útil nos EUA. Esse impacto deve ser muito maior na realidade, visto que esses modelos não são treinados uma só vez, mas muitas vezes durante seu desenvolvimento⁴.

A IA não depende apenas de energia, mas também de um tipo específico de trabalho, o “microtrabalho”⁵ que, assim como o trabalho nas empresas-plataforma, não tem nenhuma regulação e é precarizado. A ironia é que são justamente essas empresas de tecnologia que se colocam como as futuras responsáveis pelo mundo do “fim do trabalho”, como se a tecnologia fosse capaz de substituir o trabalho humano. O que vemos na realidade é que, em lugar do fim do trabalho, o que as empresas prometem é um mundo com mais trabalho oculto, precarizado e permanentemente disponível, características que sempre estiveram presentes no trabalho das mulheres no âmbito privado. Por esse motivo, apostamos que a politização do que realmente significa a digitalização é fundamental não apenas para nos colocarmos contra todas as promessas que se vendem como “modernas” e “sustentáveis”, mas também porque esse momento nos coloca em um lugar privilegiado para pensarmos e organizarmos a aliança entre os movimentos interessados em pautar o trabalho como eixo central de um horizonte de mudança (MORENO, 2021).

4. HAO, Karen. We read the paper that forced Timnit Gebru out of Google. Here's what it says. MIT Review. 2020. Disponível em: www.technologyreview.com/2020/12/04/1013294/google-ai-ethics-research-paper-forced-out-timnit-gebru. Acesso em: 15 mai. 2021.

5. Atividades repetitivas, fragmentadas e monótonas, como responder pesquisas; marcar fotos; identificar, transcrever e anotar imagens; moderar o conteúdo das redes sociais; recompilar e processar dados; transcrever áudios e vídeos e promover vídeos de figuras públicas. Para uma análise feminista sobre o trabalho nas empresas plataforma ver “Entre apps e bots: o que está em jogo para as mulheres trabalhadoras na economia digital?”, de Marianna Fernandes (FERNANDES In. MORENO, 2020).

Agricultura 4.0.

Uma das tendências que já vinha se manifestando nos últimos anos e ganhou impulso com a crise da Covid-19 foi a disseminação, em diversos países, da chamada Agricultura 4.0. **Ela se caracteriza, na realidade, por ser um assalto tecnológico à agricultura, que fica cada vez mais tecnificada, digitalizada, estrangeirizada (com os países do Norte dominando diretamente as terras e recursos de países do Sul) e integrada nas cadeias globais de valor.** A origem dessa tendência está relacionada ao diagnóstico do mercado financeiro, após a crise de 2008, de que era necessário migrar os investimentos para tipos de ativos mais seguros em relação a investimentos muito ligados à especulação do mercado financeiro, como os títulos podres baseados nas hipotecas americanas.

O interesse por adquirir terras e entrar na atividade agrícola também está relacionado à necessidade de bilionários e empresas transnacionais em promover ações “climaticamente inteligentes”. O que chamam de ações climaticamente inteligentes são formas de produção que, supostamente, não teriam impacto ecológico e contribuição para as mudanças climáticas (por exemplo, cadeias de produção que não emitem carbono em nenhuma parte do processo de produção). Um grande exemplo disso é o fato de que, hoje, Bill Gates, bilionário fundador da Microsoft, é o maior dono de terras agrícolas dos Estados Unidos. Essa escolha de investimento, comum a muitos outros fundos de pensão e escritórios de investimentos americanos, não é à toa: além de ser um investimento mais seguro, a atividade agrícola e florestal é vista como um bom negócio por sua capacidade de gerar *offsets*⁶ de carbono mercantilizáveis e transacionáveis nas bolsas de valores. Considerando que 37% das emissões de gases do efeito estufa hoje estão relacionadas à agricultura industrial, ações no sentido de uma agricultura “sustentável” devem ser cada vez mais bem vistas aos olhos do capitalismo verde. Ou seja, para embasar uma narrativa de que o setor está se tornando mais consciente de seus impactos climáticos, irão adotar cada vez mais estratégias da economia verde, baseadas na lógica da compensação, que não possuem nenhum efeito real sobre o cuidado com a natureza.

6. Consiste em uma compensação de carbono, ou seja, uma redução (ou captura) das emissões de gases de efeito estufa, feita para compensar as emissões feitas em outro lugar. As compensações são medidas em toneladas de equivalente de dióxido de carbono (CO²).

Para os países da América Latina, da África e de partes da Ásia, o aumento dessa tendência significa maior acaparamento⁷ de suas terras. Toda a infraestrutura da digitalização que apresentamos anteriormente facilita que mais investimentos estrangeiros em terras cheguem ao Sul Global, já que isso gera um mercado de terras e ativos mais digitalizado e globalizado, e torna possível o monitoramento remoto das fazendas. Essa é uma tendência preocupante principalmente porque, **como sempre repetimos nas elaborações sobre Economia Feminista e Ecológica, a natureza tem limites físicos. Por isso, quanto mais as terras ficam nas mãos de corporações e bilionários estrangeiros, mais comunidades são expulsas de seus territórios. Considerando que é a agricultura familiar, camponesa e tradicional que produz comida e sustenta a vida nos territórios, esse avanço das corporações também representa uma grande ameaça à soberania alimentar, à biodiversidade e à natureza como um todo.**⁸

Com a agricultura 4.0, a própria maneira de organização da agricultura industrial muda. As grandes empresas de tecnologia – podemos falar da Microsoft e da Amazon, para citar as maiores – começam a entrar no setor de alimentos, em parcerias e fusões com as gigantes do veneno, como Syngenta, Bayer e Yara, contra as quais lutamos há tanto tempo. O intuito delas é assumir o controle não só da produção, mas também da distribuição dos alimentos e da própria forma como nós comemos. A produção de commodities continua favorecida em detrimento da produção de comida, e a tendência é que elas transformem o mundo de modo que ele se torne ainda mais dependente de suas tecnologias.

No campo, transformações se dão principalmente em três eixos: nas próprias máquinas e equipamentos usados no campo, que se modernizaram (drones, sensores, redes eletrônicas para pesca, etc); nos *softwares* utilizados para processar as operações de produção, distribuição e consumo de alimentos (Big Data formado a partir de operações de campo, manejos utilizados em cada local, previsões meteorológicas,

7. Concentração das terras do Sul Global sob domínio de empresas, organizações e corporações do Norte.

8. Para uma análise sobre os investimentos verdes e o acaparamento de terras no Sul Global ver “El acaparamiento global de tierras se pinta de verde”. Disponível em: <https://grain.org/es/article/6687-el-acaparamiento-global-de-tierras-se-pinta-de-verde>. Acesso em: 25 jul. 2021

etc); e na digitalização de todas as operações financeiras e de dados que envolvem o sistema alimentar, geralmente com uso de *blockchain*⁹. Um exemplo prático de como uma empresa que trabalha com esses sistemas opera é o seguinte:

O varejista francês Carrefour, por exemplo, está compartilhando dados com a varejista britânica Tesco, e pode usar blockchains para extrair dados de seus clientes para informar à Danone que ela deve produzir mais iogurte orgânico. A Danone pode usar o mesmo blockchain para falar para a Bayer-Monsanto produzir variedades de soja orgânica, o que significa que a CNH irá replanejar sua produção de sementes, enquanto o negociador de commodities Louis Dreyfus é avisado pelo blockchain para preparar elevadores de armazenamento. A empresa de consultoria, auditoria e gerenciamento PricewaterhouseCoopers (PwC), acessando o blockchain, pode prever as condições climáticas. Dessa forma, todos esses principais atores ativarão conjuntamente um comércio automatizado de futuros de soja (MOONEY; ETC GROUP, 2018, p. 24, tradução nossa)

A digitalização das operações financeiras aparece aqui em um exemplo que envolve grandes corporações, mas ela avança cada vez mais entre os pequenos agricultores do Sul Global. No Quênia, por exemplo, pequenos agricultores estão fazendo consultorias agrícolas com um “*chat bot*” chamado Arifu, pertencente à plataforma Digifarm, contratado pela Syngenta, gigante do agronegócio. Essas consultorias estão associadas a recomendações de cultivo e ofertas de seguro rural, empréstimo e acesso a microcrédito. Quem quiser acessar esses serviços não precisa possuir conta em banco (realidade de grande parte dos agricultores do Sul Global), basta apenas possuir uma conta digital para receber em moeda digital. Outras transnacionais do veneno, como Bayer, BASF e Yara, têm suas próprias versões desses aplicativos voltados para pequenos agricultores. Agricultores do Quênia que acessaram o serviço da Arifu relatam:

“Segui todas as lições do treinamento”, afirmou Wilson Kibet, agricultor queniano de 50 anos que contraiu um empréstimo da Digifarm com taxa

9. Sistema que rastreia o envio e recebimento de alguns tipos de informação pela internet. São pedaços de código gerados online que carregam informações conectadas – como vários dados que, juntos, formam uma corrente.

de juros de 15% para comprar um pacote de sementes de milho híbrido e insumos químicos seguindo a recomendação que recebeu. “Disseram até para não intercalar feijão com as fileiras de milho.”¹⁰

É evidente que as empresas não fornecem subsídios e informações de cultivo compatíveis com a agroecologia e a agricultura tradicional. O exemplo de cultivo citado pelo agricultor queniano, de cultivar feijão e milho consorciados – geralmente com abóbora junto –, consiste em uma forma ancestral de cultivo de vários povos, apelidada de “três irmãs”. Mas as corporações não só não têm interesse na produção agroecológica e tradicional, como não são capazes de acompanhar sua complexidade: os dados de campo são coletados com muito mais qualidade em monoculturas, em que a leitura dos talhões é mais facilitada. Na agroecologia feita pelas mulheres, o cultivo quase nunca se dá em linha (forma de fazer agricultura até criticada por alguns maridos, que a julgam menos produtiva e mais “bagunçada”). Ao observarmos **o avanço das plataformas no campo, percebemos que a agroecologia não só está mais alinhada à forma de viver e produzir dos povos e em relação com a natureza, como também é uma forma de resistir às tendências de homogeneização dos algoritmos e de enganá-los.**

Percebemos essa tendência de digitalização dos serviços prestados para a agricultura familiar também aqui no Brasil, no contexto da tramitação do Projeto de Lei 529/20, proposto pelo governador do Estado de São Paulo, João Dória. Entre uma série de desmontes de instituições públicas que o projeto de lei previa, constavam algumas instituições responsáveis por serviços para a agricultura familiar e tradicional: as casas da agricultura responsáveis por prestar o serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) pública no Estado. O PL previa a extinção de 594 casas de agricultura do Estado de São Paulo, além de 24 regionais da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI). Como justificativa, diziam que atualmente o serviço de ATER já poderia ser prestado de forma digital, sem necessidade de técnicas e técnicos presentes nos territórios, em um contexto em que apenas 13% das(os) agricultoras(es) do Estado usam a internet para fins agropecuários. Devido a um forte

10. GRAIN. Controle digital: a entrada das Big Techs na produção de alimentos e na agricultura (e o que isso significa). 2021. Disponível em: <https://grain.blue.org/pt/article/6604-controle-digital-a-entrada-das-big-techs-na-producao-de-alimentos-e-na-agricultura-e-o-que-isso-significa>. Acesso em: 18 jul. 2021.

processo de resistência, que envolveu a participação ativa de agricultoras e comunidades tradicionais defendendo o serviço, o PL foi aprovado, mas em uma forma mais “enxuta”, em que não constava mais o Instituto de Terras de São Paulo (ITESP) e as regionais da CATI na lista de instituições a serem desmontadas.¹¹

No contexto da pandemia, a digitalização das políticas públicas – como o que o governo do Estado de São Paulo quis fazer com a política de ATER – se tornou algo comum e naturalizado. Ainda no Estado de São Paulo, por exemplo, o governo aderiu ao uso de um aplicativo de uma conhecida empresa plataforma do mercado financeiro para disponibilizar o auxílio merenda às famílias com filhos em idade escolar, como uma complementação na renda familiar, devido ao ensino remoto. Na prática, o que as mulheres relataram sobre o uso desse aplicativo foi uma série de erros, inconsistência nos dados, dificuldades no cadastro e ausência de suporte humano para resolver os problemas, o que fez com que muitas famílias que tinham direito ao benefício não o acessassem na prática (HILLENKAMP; LOBO, 2021).

Todo esse avanço das corporações sobre a agricultura não se dá sem resistência. Atualmente, na Índia, há uma enorme revolta nas ruas, capitaneada por agricultoras e agricultores que reivindicam a anulação de três novas leis instituídas no país, que permitem a entrada de mais corporações no mercado de sementes, agrotóxicos e distribuição de alimentos. O que as mais de 10 milhões de agricultoras e agricultores que estão na rua reivindicam é a retomada da legislação que preservava as economias locais. Com essa legislação, os agricultores tinham domínio sobre a agricultura, e não as empresas, e os pequenos comércios cuidavam da distribuição de alimentos, não as megacorporações do varejo como Alibaba e Walmart. Boa parte da linha de frente do protesto é composta por mulheres agricultoras. No dia 8 de março de 2021, Dia Internacional de Luta das Mulheres, elas fizeram uma grande manifestação e milhares delas permaneceram em greve de fome contra as novas leis. Ao ser perguntada sobre o protesto, uma agricultora liderança disse:

11. RIZZI, Raquel; BIGAI, Flávia; BARIZÃO, Débora. Carta aberta sobre o PL 529/20 – Em defesa de uma extensão rural pública e feminista. 2020. Disponível em: <https://marchamulheres.wordpress.com/2020/09/16/carta-aberta-sobre-o-pl-529-20-em-defesa-de-uma-extensao-rural-publica-e-feminista/>. Acesso em: 8 jul. 2021.

Hoje o [Narendra] Modi está enviando felicitações às mulheres de todo o país no Dia Internacional da Mulher. Quem são estas mulheres que ele felicita? Nós também somos como suas filhas, mas ele claramente não se importa conosco.¹²

Os cadastros digitais, ou a grilagem digital

Algumas das maiores zonas de investimento do agronegócio na América do Sul guardam semelhanças entre si. Além de possuírem grandes extensões de terra consideradas agricultáveis, com grande parte delas sendo destinadas à produção de commodities, sob controle estrangeiro e submetidas a leis que estimulam esse tipo de produção e de controle, essas zonas também estão sob a governança digital da terra. Em todos esses países, os cadastros digitais georreferenciados se tornaram pré-requisito para os processos de regularização fundiária e para o acesso a políticas públicas e ao crédito rural. Isso não é coincidência¹³.

No Brasil, o cadastro digital em questão é o Cadastro Ambiental Rural (CAR). Ele foi criado para integrar informações ambientais de todas as propriedades e posses rurais do país, e tornou-se um documento obrigatório para todas as áreas rurais no âmbito do Novo Código Florestal de 2012. Na prática, ele consiste em um cadastro autodeclaratório, em que o dono da terra deve marcar os limites da propriedade e as áreas de preservação em um mapa, através do georreferenciamento. Por si só, essa lógica já exclui as muitas formas de posse coletiva da terra, como territórios de comunidades tradicionais ou assentamentos da reforma agrária. Como o CAR é obrigatório para se adequar às leis ambientais, e o próprio sistema força para que seja feito de forma individual, milhares de hectares de terra de propriedade coletiva acabam sendo cadastrados como registros individuais. O grande problema nisso é que o CAR não tem sido usado apenas como um cadastro do governo, como deveria ser. É cada vez mais comum que as pessoas utilizem seu cadastro para fazer compra e venda de imóveis rurais, como se ele fosse um documento de posse da terra.

12. Thousands of Indian women join farmers' protests against new laws. 2021. Disponível em: <https://www.aljazeera.com/news/2021/3/8/thousands-of-indian-women-join-farmers-protests-against-new-laws>. Acesso em: 18 jun. 2021.

13. GRAIN. Digital fences: the financial enclosure of farmlands in South America. 2020. Disponível em: <https://grain.org/en/article/6529-digital-fences-the-financial-enclosure-of-farmlands-in-south-america>. Acesso em: 25 jun. 2021.

Com a individualização, muitos territórios que não poderiam estar no mercado de terras, por se tratarem de terras coletivas, acabam sendo vendidos ou comprados, tendo apenas o CAR individual como comprovação.

Apesar de essa prática ser absurda, ela não é nova. Basta lembrar o histórico do Brasil em regularização fundiária e grilagem de terras para vermos que o Estado Brasileiro sempre favoreceu as práticas ilegais nesse sentido. Muitos imóveis rurais brasileiros não são regularizados em cartório até os dias de hoje, o que faz com que ter um documento oficial que liga determinado pedaço de terra a um CPF ou CNPJ – que é exatamente o que o CAR faz – parece ser o suficiente para demonstrar alguma legalidade. Na prática, o que tem acontecido é que, como os governos não verificam as informações autodeclaradas, muitas vezes os registros não correspondem à realidade, e há diversos cadastros de áreas do agronegócio que autodeclararam Terras Indígenas vizinhas à propriedade como áreas de preservação.

Do mesmo modo que os donos dessas propriedades cometem essas práticas criminosas, mas “legalizadas” pelo cadastro, é criada uma ilusão de sustentabilidade, na qual o agronegócio guardaria grandes áreas preservadas e praticaria o desmatamento zero em sua produção agropecuária. Tudo à custa de florestas cuidadas há séculos pelos povos tradicionais, que agora estão em ameaça por também não terem seus territórios demarcados corretamente pelo Estado, entrando em brigas jurídicas com o agronegócio em uma clara assimetria de poder¹⁴. Além disso, a disputa não é só pela terra:

o que *não está no mapa passa a não estar no mundo*, e as mesmas imagens de satélite que garantem a conformidade fundiária e ambiental dos imóveis particulares, tornam-se sistemas de vigilância e criminalização de povos e comunidades “apagados” em seus próprios territórios, cujos modos de vida passam a ser crimes contra propriedade (...). Não se trata apenas de um redesenho digital da superfície, mas uma reedição por imagens “com precisão tecnológica” da história de paisagens, territórios, agrobiodiversidade e de seus povos. Via de regra, os territórios dos povos “apagados”, identificados como “vazios demográficos” ou propriedades

14. DALLABRIDA, Poliana; FERNANDES, Sarah. Terras em 297 áreas indígenas estão cadastradas em nome de milhares de fazendeiros. 2020. Disponível em: <https://deolhonosruralistas.com.br/2020/10/27/terras-em-297-areas-indigenas-estao-cadastradas-em-nome-de-milhares-de-fazendeiros/>. Acesso em: 28 jun. 2021.

privadas, estão justamente nas zonas prioritárias de expansão e investimento do agronegócio. Palcos contemporâneos não apenas de disputa fundiária, mas pelo direito de existência a outros modos de vida, outros tipos de desenvolvimento e possibilidades de futuro fora das formas da propriedade privada e do mercado financeiro.¹⁵

Esse novo avanço sobre os territórios nos coloca novos desafios, mas as lutas em defesa dos bens comuns e contra o domínio do mercado sobre a vida se tornam ainda mais urgentes. **As mulheres sempre foram linha de frente nessas defesas. Como maiores responsáveis pelo trabalho de cuidado com os outros e com a natureza, e como as maiores inventoras de formas de sustentar a vida, elas sempre tiveram suas apostas políticas voltadas para a manutenção dos territórios coletivos, das economias dos povos e de outra relação com a natureza.** É precisamente nessas apostas que as comunidades se baseiam na luta contra as corporações, junto das lutas contra o acaparamento real e digital da terra, e contra as políticas dos governos que, fazendo tantas parcerias com as corporações, cada vez mais parecem confundir-se com elas.

Soluções baseadas na natureza

O nome “soluções baseadas na natureza” (SBN) pode parecer algo novo à primeira vista, mas na realidade é um termo guarda-chuva para uma série de mecanismos que as pessoas envolvidas nas lutas dos povos do campo conhecem há muito tempo: esquemas de compensação, maquiagem verde, promessas de produção industrial “carbono zero”, aumento da área plantada para agrocombustíveis, entre outras. Porém, agora todas são vendidas sob essa consigna. Nossos companheiros do Movimento Mundial pelas Florestas Mundiais (WRM) adotaram o apelido “Espoliações Baseadas na Natureza” para falar desses novos mecanismos, o que achamos muito oportuno para mostrar o que está em jogo.¹⁶ Como as outras falsas soluções do capitalismo, as SBN não atuam

15. GRAIN. Digital fences: the financial enclosure of farmlands in South America. 2020. Disponível em: <https://grain.org/en/article/6529-digital-fences-the-financial-enclosure-of-farmlands-in-south-america>. Acesso em: 8 jun. 2021.

16. WORLD RAINFOREST MOVEMENT. A Natureza NÃO é uma “solução”. Disponível em: <https://wrm.org.uy/pt/artigos-do-boletim-do-wrm/nosso-ponto-de-vista/a-natureza-nao-e-uma-solucao/>. Acesso em: 8 jun. 2021.

na causa dos problemas ambientais – a exploração sem fim das corporações, com apoio dos Estados –, só fazem uma maquiagem verde que, baseada na lógica da compensação – destrói-se aqui para conservar em outro lugar –, tira o direito das comunidades a seus modos de vida.

Esses mecanismos prometem ocupar um lugar cada vez mais central nas negociações multilaterais sobre clima e biodiversidade, e os maiores responsáveis por defendê-los são organizações conservacionistas como a The Nature Conservancy (TNC) e a World Wide Fund for Nature (WWF), que na realidade se comportam como corporações em defesa dos interesses do capitalismo verde. Foi a própria WWF que, em conjunto com a Organização Internacional do Trabalho (OIT), publicou o estudo “A natureza contrata: Como as soluções baseadas na natureza podem impulsionar a recuperação de empregos verdes”. Nessa publicação, as organizações tentam emplacar a ideia de que as SBN seriam benéficas para as comunidades, pois poderiam gerar empregos “verdes”, e inserem a maquiagem lilás na argumentação, dizendo que poderiam gerar mais autonomia para as mulheres nas comunidades. Essa abordagem da economia verde é uma nova forma de uma antiga lógica de operação, visto que era e ainda é exatamente com esse discurso que muitas organizações emplacam projetos de REDD+¹⁷ nas comunidades. Esses empregos, na realidade, são realizados por meio de contratos precários, impondo a lógica do desenvolvimento:

As Soluções Baseadas na Natureza geram empregos como os de cuidar do carbono nas árvores das florestas tropicais ou cozinhar para esquadrões de homens que cortam madeira balsa no Equador, que será usada na China, no “green job” de construir pás para turbinas eólicas que também são fabricadas com metais, os quais vêm de áreas onde as mulheres são violentadas e têm que ir cada vez mais longe em busca de água potável e lenha para ter energia em casa – recursos extraídos por empresas que dizem compensar seus danos com essas mesmas Soluções Baseadas na Natureza. (YÁNEZ, 2021)

Esses mecanismos estão na base da promessa que muitas empresas transnacionais estão fazendo de adotar “emissão líquida zero” até 2050, seguindo a recomendação do Acordo de Paris. Quer dizer, pro-

17. REDD+ é a sigla para Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação florestal+. Na prática, é um mecanismo voltado para viabilizar a entrada do carbono como mercadoria no mercado financeiro.

metem que suas atividades não emitirão nenhuma tonelada de gases do efeito estufa. **Usam o termo “líquida”, e não “bruta”, porque a intenção não é parar de emitir, e sim de aumentar a compensação.** Como já falamos no tópico anterior deste texto, as empresas da área da alimentação têm uma grande responsabilidade sobre o aquecimento global, sendo responsáveis por 37% das emissões em todo o mundo. A Nestlé, maior empresa do ramo no mundo, tem uma grande parcela de responsabilidade. No final de 2020, a empresa lançou seu “Plano para Emissão Líquida Zero”, mas esse plano não envolve diminuir a produção daquilo que mais contribui para a emissão de gases de efeito estufa, como carne, laticínios e soja, e sim aumentar. Como essa conta poderia fechar? A partir do que a empresa tem chamado de “práticas em agricultura regenerativa” (que na prática não se mostram realmente eficientes em diminuir emissões, mas garantem uma boa propaganda), e da compra de compensações. Os dois caminhos são catastróficos para as comunidades. As práticas de agricultura regenerativa porque representam um aumento do avanço das corporações sobre as terras do Sul Global, e o mercado de compensação porque tem o mesmo impacto que os projetos de REDD+ já tiveram em muitas comunidades.

Uma das primeiras promotoras do REDD+ foi a empresa suíça South Pole Group, que agora está trabalhando para a Nestlé em seu plano de compensação. A South Pole esteve à frente do enorme projeto Kariba REDD+, que cobriu 784.987 hectares no noroeste do Zimbábue. Esse projeto, estruturado para canalizar dinheiro por meio de várias empresas registradas em paraísos fiscais, não trouxe benefícios materiais às comunidades camponesas e, pior, impediu-as de acessar as terras de que dependem para produzir alimentos, caçar e coletar. Mas o projeto conseguiu proporcionar compensações à gigante francesa de energia Total para que ela conseguisse tornar seus embarques de gás natural liquefeito para a China “neutros em carbono” (GRAIN, 2021)

A partir do feminismo e da agroecologia feminista, temos visibilizado o quanto as SBN impõem para as comunidades práticas opostas àquelas que as mulheres realizam em seus territórios. No Vale do Ribeira, convivemos com muitas mulheres que têm ou já tiveram suas práticas agroecológicas e tradicionais criminalizadas com base no pensamento conservacionista de órgãos de Estado, como a Polícia Florestal.

Também alargamos nosso entendimento sobre o que podem ser as Soluções Baseadas na Natureza, que não necessariamente estão direta e imediatamente ligadas ao mercado, mas podem ser ações que subjagam a relação das comunidades com seus territórios e com sua visão própria da natureza, fortalecendo o racismo ambiental.

Sabemos que as mulheres agricultoras conhecem seus territórios a fundo, inclusive as partes que não estão nos mapas oficiais. Elas andam por caminhos traçados por seus ancestrais, cuidam e manejam todas as plantas e animais que estão em seu entorno em suas andanças. Uma caminhada até a casa de uma vizinha já é motivo para coletar sementes, trazer mudas, manejar galhos que precisam de poda. **Assim, elas transformam a vida humana e não humana de seus territórios diariamente, mas essa relação de interação e cuidado constante com a natureza não é reconhecida pelo pensamento ocidental, patriarcal, racista e antropocêntrico que guia boa parte das políticas de meio ambiente dos seus territórios.**¹⁸

Foi sobre uma comunidade quilombola em que as mulheres têm esse tipo de relação tão íntima com seu entorno, que a Fundação Florestal do estado de São Paulo dispersou sementes de palmito juçara de helicóptero em nome do reflorestamento dessa espécie, ameaçada de extinção.

O programa fala em toneladas, milhares de hectares, e já esperam substituir o helicóptero por drones. É como se a boa intenção de repovoar a Juçara justificasse que cada metro quadrado minuciosamente cuidado pelas quilombolas recebesse uma chuva de algo como uma benção providenciada por técnicos que teriam mais conhecimento e poder do que elas. Os drones aprofundam o sentido de uma tecnologia sem pessoas, a chuva, de um território sem comunidade, uma reserva. (NOBRE, LOBO; 2021)

Ações como essas, apesar de não estarem diretamente vinculadas ao mercado de compensação – pelo menos por hora – demonstram a concepção de natureza que baseia as SBN. **O conceito de natureza posto da forma como está no termo já é, em si, contraditório em relação**

18. Para ler mais sobre este assunto, ver “Resistindo em mutirão: território, ancestralidade e luta feminista no Vale do Ribeira” (NOBRE; LOBO; PONTES In. PAIM, 2020).

à forma como as mulheres a entendem, porque ela nunca seria colocada por elas como uma “solução”. Elas vivem na pele o que é ter seus próprios corpos como natureza apropriada, como uma “solução” que deve dar conta do cuidado e da reprodução da vida permanentemente e de forma invisível.

O que não faltam nesse campo são propagandas de “responsabilidade social” das corporações repletas de “maquiagem lilás”, que garantem que suas ações buscam motivar o “empoderamento” das mulheres. Quando conversamos com as mulheres dos territórios atingidos por esses projetos, vemos que essas campanhas só fazem com que elas se sintam enganadas duplamente: pelo resultado real dos projetos, e pela afirmação do discurso corporativo de que tudo ocorreu com elas sendo consultadas. Além disso, por serem as maiores responsáveis pelo cuidado com a vida, são as primeiras a perceberem os impactos complexos e multifacetados que os projetos provocam no território. Afirmam que não só os modos de vida são limitados, como as contrapartidas oferecidas inserem as comunidades na lógica do consumismo. Mulheres indígenas de territórios do Acre afetados por projetos de REDD+ se indignam ao dizer que, ao dar seu território nas mãos das corporações, receberam em troca: açudes de pesca, em uma comunidade em que sempre pescaram em seu igarapé; fogões de lata, onde sempre usaram fogão a lenha; e barcos a motor, que quebram depois de poucos meses. Quando visibilizam isso, trazem em seu discurso uma crítica à lógica do mercado e do consumismo, e afirmam que não querem ter mais coisas para viver uma vida atrás de grades.

Bioeconomia

O termo “bioeconomia” não tem apenas um significado, e assume diferentes acepções em distintas épocas e contextos. Aqui chamamos de “bioeconomia” uma tendência de inserir cada vez mais partes da natureza em organizações econômicas, como a “economia circular”, a “economia verde” ou a “economia de baixo carbono”, que representam novas tendências capitalistas de se “esverdear”. Esse é um conceito que existe desde o século 20 e que está intimamente ligado às questões dos direitos de propriedade e intelectuais sobre a natureza, a discussão das patentes e da biossegurança (como o desenvolvimento de novas formas de me-

lhoramento genético). A bioeconomia é geralmente pautada como uma solução “verde” para manter o crescimento econômico e, por isso, é muito presente em debates de organismos multilaterais, como a Convenção da Diversidade Biológica (CDB) da ONU. Os atores envolvidos nesses espaços são principalmente empresas – ou governos alinhados com as corporações –, que possuem interesse não só nas riquezas naturais dos territórios como também nos conhecimentos tradicionais, tão ou mais importantes do que as riquezas em si, porque sua apropriação é visada para o desenvolvimento de produtos e tecnologias (MORENO, 2016).

No Brasil há políticas e leis nacionais, estaduais e municipais que criam incentivos e regulações sobre o tema da biodiversidade. Grande parte delas foram conquistas de anos de luta das comunidades tradicionais e extrativistas, com um grande protagonismo de mulheres trabalhadoras rurais, erveiras, raizeiras e cuidadoras de sementes, para garantir o direito de trabalhar a partir do extrativismo e de acessar a repartição de benefícios, quando for o caso. Durante anos elas se apropriaram de temas complexos, como o funcionamento do protocolo de Nagoya¹⁹ e a Convenção 169 da OIT²⁰, para defender seus direitos e dialogar com as empresas com propostas e regras bem estabelecidas.

No Brasil, muitas dessas políticas estão sendo desmontadas ou ignoradas pelo atual governo federal, e “remontadas” em termos muito piores. Um exemplo disso é o desmonte do Plano Nacional de Produtos da Sociobiodiversidade, que promovia ações importantes do ponto de vista das comunidades, e a tomada de seu espaço pelo Programa Bioeconomia Brasil Sociobiodiversidade, uma iniciativa do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), que tem o objetivo de criar cadeias de valor a partir dos produtos e conhecimentos das comunidades tradicionais.

19. Protocolo de regras sobre pesquisa, acesso e repartição dos benefícios advindos da utilização de produtos baseados em recursos genéticos. Esse protocolo muda a forma com que os lucros de produção e venda desses produtos são repartidos e insere novas regras em relação aos direitos dos povos sobre esses saberes.

20. Convenção que reconhece aos povos e comunidades tradicionais o direito à consulta livre, prévia e informada sobre questões que impactam diretamente seus modos de vida, como megaempreendimentos em geral. É um instrumento importante no reconhecimento dos povos como sujeitos de direitos e de autodeterminação. Atualmente, a manutenção da vigência da convenção está em risco no Brasil. Para saber mais: <https://agroecologia.org.br/2021/06/28/mais-de-240-organizacoes-repudiam-projeto-que-ataca-convencao-169-e-direitos-de-povos-e-comunidades-tradicionais/>. Acesso em: 18 jul. 2021

Lourdes Laureano, da Articulação Pacari Plantas Medicinais, nos mostra como o avanço dos programas de bioeconomia afeta a vida concreta dos povos no Cerrado. Ela relata que **a bioeconomia chega como uma forma de negócio pronta, em que a cadeia de valor a partir de determinado produto já está planejada e o papel das comunidades é apenas prover a matéria prima e as informações sobre as plantas e seus usos**. Entre outras plantas nativas do bioma, escolheram o pequi para criar um programa de fortalecimento de uma cadeia de produção.²¹

A quantidade e recorrência com que o pequi deve ser entregue ao referido programa são impostas pelo governo que, por sua vez, é guiado pelas necessidades do mercado. O resultado disso é que os modos de vida, organização e comercialização das comunidades são violados. Por exemplo, a forma tradicional de colher pequi pelas comunidades sempre foi colher o fruto que já caiu do pé, o que significa que ele está maduro. No entanto, por conta da pressão do mercado, há comunidades que têm começado a colher pequi do pé, antes de seu amadurecimento.

Esse exemplo é paradigmático porque nos leva a refletir sobre como os tempos das mulheres e da natureza são vistos como uma simples variável a ser ajustada pelo mercado. **A partir de nossas formulações sobre a Economia Feminista e Ecológica, temos ressaltado como o tempo é uma esfera da vida que é apropriada pelo mercado, assim como o trabalho e o corpo. A imposição de um ritmo de trabalho incessante para as pessoas e o desrespeito aos ciclos naturais (no exemplo, o tempo de maturação do pequizeiro), nos diz muito sobre como esse tipo de programa não foge da lógica de outros mercados, que avançam sobre os espaços-tempo de refúgio e de regeneração da vida (NOBRE; MORENO, 2021).**

Com a bioeconomia vem a ideia de “inovação”, que geralmente é uma forma de desenvolver produtos e serviços com direitos de propriedade intelectual e patentes, criados a partir da apropriação do conhecimento tradicional. **Quando os programas de Estado e das empresas trazem a ideia de produtos inovadores, ocultam as inovações comunitárias que acontecem cotidianamente na invenção de produtos e mercados alternativos pelas comunidades**. A própria agricultura é

21. GRUPO CARTA DE BELÉM. Novas tecnologias e bioeconomia: o que há por trás da inovação? 2020. Disponível em: <https://www.cartadebelem.org.br/novas-tecnologias-e-bioeconomia-o-que-ha-por-tras-da-inovacao/>. Acesso em: 15 jun. 2021.

uma invenção que foi aprimorada durante séculos pelos povos, até que a agricultura industrial, na Revolução Verde, se apropriou dela e, assim, toda a formação de conhecimentos feita até então foi integrada ao conhecimento científico, sob domínio das empresas.

Dentro do arcabouço da bioeconomia estão também as novas biotecnologias. Entre elas, podemos citar os transgênicos, um tipo de biotecnologia alvo das lutas dos movimentos, povos e comunidades há décadas. Essas lutas acarretaram uma série de avanços em relação à exposição dos males causados por essa tecnologia, como a necessidade de aprovação de novas tecnologias por órgãos de biossegurança – que devem se guiar pelo princípio da precaução –, e a obrigatoriedade da rotulagem nos produtos feitos a partir de organismos geneticamente modificados.

Apesar de todos esses avanços, a luta continua sempre vigilante, vide o fato de que nunca um pedido de aprovação de um organismo transgênico no Brasil foi negado pela Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBIO), mesmo com toda a pressão dos movimentos, que conseguiram adiar durante muito tempo a aprovação do eucalipto transgênico, por exemplo²². No presente momento, travamos a luta contra a aprovação do trigo transgênico no Brasil²³, que tem deixado claro como os interesses corporativos se sobrepõem ao cuidado com a natureza e com a segurança alimentar.

No entanto, também nos encontramos diante do surgimento de outras tecnologias de melhoramento genético, que são divulgadas apenas entre especialistas, governos e empresas, e ainda não se tornaram alvos dos movimentos. Algumas delas atendem pelo nome de **cisgenia, edição genética e condutores genéticos**, para dar alguns exemplos. Seu desenvolvimento não tem se restringido às plantas, e algumas têm sido utilizadas em coelhos, porcos e bezerros em escala experimental (RI-BEIRO In. ZELIC; MORENO, 2020).

22. SILVA, Maura. Preste a ser aprovado, eucalipto transgênico trará mais danos ambientais. 2015. Disponível em: <https://mst.org.br/2015/02/20/preste-a-ser-aprovado-eucalipto-transgenico-trara-mais-danos-ambientais/>. Acesso em: 01 jul. 2021.

23. RESENDE, Gilka; BORGES, Lizely. Sem debate público e por meio de processo irregular, Brasil pode liberar trigo transgênico nesta quinta-feira (10). Disponível em: <https://agroecologia.org.br/2021/06/09/sem-debate-publico-e-por-meio-de-processo-irregular-brasil-pode-liberar-trigo-transgenico-nesta-quinta-feira-10/>. Acesso em: 05 jul. 2021.

Todas essas tecnologias são desenvolvidas para serem usadas pelo agronegócio, em grande escala. **Apesar de serem sempre vendidas com o argumento de que podem ser responsáveis por uma melhor produtividade em campo – o que estaria ligado a uma diminuição no uso de insumos, como fertilizantes e venenos –, o que vemos na realidade é que a adoção de novas biotecnologias não significa menor uso desses insumos, e, sim, que elas se conjugam às velhas tecnologias do agronegócio.** Boa parte da pesquisa relacionada a essas modificações genéticas se dá em plantas que são utilizadas na produção de agrocombustíveis, e aqui enfrentamos novamente uma campanha de maquiagem verde. Com o aumento do discurso sobre a necessidade de uma transição energética global, os agrocombustíveis têm ganhado espaço novamente, sendo tratados como um tipo de fonte de energia limpa e renovável. Os novos agrocombustíveis também contam com suas próprias campanhas, que dizem ser “de nova geração”, com maior produção de combustível a partir da mesma biomassa, ou com pesquisa para desenvolvimento de combustíveis a partir de subprodutos de processos industriais já existentes.

No início desta seção, mostramos como as políticas de bioeconomia brasileiras são responsáveis por ações que desrespeitam os territórios e saberes dos povos. No entanto, há uma tendência de que o Norte Global também desenvolva suas próprias políticas de bioeconomia. Há anos a Alemanha desenvolve sua própria estratégia de expansão da bioeconomia no país, alinhada à União Europeia. Essa última diz claramente, em documentos oficiais, que a adoção da bioeconomia não quer dizer a reorientação do paradigma econômico como um todo, através de afirmações como “a máquina continua funcionando da mesma forma, só mudamos o combustível”. A União Europeia tem desenvolvido planos de migrar para uma economia mais verde, o que envolve ações como a transição de metade da área rural plantada nos países do bloco para o cultivo orgânico, por exemplo. É extremamente improvável que isso seja possível sem a manutenção da divisão internacional do trabalho e da lógica colonialista entre Sul e Norte Global: enquanto o Norte constrói uma imagem “sustentável”, as empresas transnacionais que têm sede nestes países avançam sobre os territórios do Sul e garantem que os agrocombustíveis e minérios necessários para sua transição energética sejam produzidos e extraídos do Sul Global (FATHEUER, 2015).

A estratégia da Alemanha de expandir a bioeconomia inclui, por exemplo, recomendações sobre como ela deve ser desenvolvida no Sul Global, e tem o Brasil como um dos países prioritários para realizar chamadas de cooperação anualmente. Isso o que tem sido desenvolvido em parceria com o Ministério do Meio Ambiente (MMA) e outros órgãos de Estado há décadas.

A Alemanha entende, por exemplo, que a cooperação com a União Europeia é essencial para manter-se a competitividade na região, enquanto, com os países em desenvolvimento e economias emergentes, envolve a transferência de conhecimento e tecnologia principalmente para impulsionar a produção agrícola e florestal. A Alemanha inclusive dá sugestões sobre como os países em desenvolvimento devem desenvolver determinadas áreas da bioeconomia, como é o caso da produção de biocombustíveis, e ainda tem um projeto com a FAO para buscar resolver o conflito que existe entre segurança alimentar e produção de bioenergia nesses países. Nesse sentido, percebe-se que a Alemanha utiliza do discurso da interdependência e dos desafios comuns globais a fim de incentivar a cooperação em bioeconomia. Todavia, identifica-se um propósito econômico e político muito claro: de apoiar as inovações nessa área em outras regiões do mundo, bem como ter mais influência na tomada de decisão desses países, buscando atingir seus próprios interesses e, com isso, aumentar suas capacidades de poder no Sistema Internacional. Cabe destacar, ainda, que a Alemanha possui outros dois documentos [...] que visam identificar e sistematizar as políticas e estratégias em bioeconomia no restante do mundo e determinar o papel da cooperação internacional em bioeconomia para o desenvolvimento de uma economia sustentável, bem como para fortalecer a Alemanha enquanto um local para o desenvolvimento da bioeconomia. (MASCARELLO, 2020, p. 86).

A atual conjuntura política de países como o Brasil, governados pelo neoliberalismo de ultradireita que vêm desmontando uma série de leis e marcos regulatórios em relação à natureza, torna todas essas tendências ainda mais preocupantes. O Programa “Adote um Parque” é um exemplo: um programa de parceria público-privada que permite a entrega das unidades de conservação do país (de todos os tipos, inclusive as Reservas Extrativistas, territórios de inúmeros povos e comunidades tradicionais no Brasil), para qualquer pessoa física ou jurídica, mediante o pagamento de um valor irrisório. Empresas como Carrefour e Heineken foram umas das primeiras a adquirirem Unidades de Conservação (UCs) em seus nomes. O certo é que elas já estão utilizando o fato de terem

“adotado” uma UC como uma maquiagem verde, que as coloca como empresas “amigas da natureza”. Além disso, elas têm autonomia para promover melhorias na infraestrutura dos parques que, lembramos, não são reservas vazias de gente, memória e significado. Além disso, é de se esperar que essas empresas venham a usufruir do fato de serem “donas” das UCs para fazerem pesquisas com biodiversidade e adentrarem o mercado de compensações, que tende a se regularizar no Brasil.²⁴

De alimentação a sistemas alimentares e captura corporativa

O tema da alimentação também é objeto de discussões e formulações de diretrizes em âmbito nacional e internacional a partir dos organismos multilaterais, assim como os assuntos das mudanças climáticas e da biodiversidade, tratados nos tópicos anteriores deste texto. Tradicionalmente, esse assunto era debatido nas Cúpulas Mundiais de Alimentação, protagonizadas pela Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) e debatida com a sociedade civil, instituições e Estados. A partir do atual ano (2021), presenciamos uma mudança nessa tendência.

Em setembro deve ocorrer, pela primeira vez, a Cúpula dos Sistemas Alimentares, que vem para substituir a cúpula da alimentação. Apenas a mudança de nome já nos dá pistas sobre a mudança do caráter desse novo tipo de organização: troca-se o protagonismo da Alimentação pelo foco nos Sistemas Alimentares, que trazem consigo todas as atividades de processamento, logística, consumo e venda de comida. Com isso, o protagonismo das empresas do ramo da alimentação sobe vertiginosamente. Sabemos que essa mudança tem a ver com a forte influência do Fórum Econômico Mundial de Davos, sendo que Agnes Kalibata, ex-presidenta da **Aliança para a Revolução Verde na África (AGRA)**, esteve profundamente vinculada às atividades do último Fórum Econômico e agora também assume papel de destaque na Cúpula dos Sistemas Alimentares. Os movimentos e a sociedade civil foram excluídos das atividades preparatórias, o que fez com que eles voluntariamente se retirassem da organização da cúpula.

24. GRUPO CARTA DE BELÉM. O mercado financeiro aterrissa na Amazônia em nome do Clima. 2021. Disponível em: <https://diplomatie.org.br/mercado-financeiro-aterrissa-na-amazonia-em-nome-do-clima/>. Acesso em: 2 jul. 2021.

Por conta disso, outros espaços para construir alternativas, sínteses e narrativas contra-hegemônicas têm surgido, como a “Conferência Nacional Popular por Democracia, Direitos e Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional”, que foi criada na ocasião da extinção do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea) no Brasil, e segue sendo um espaço importante de articulação para os movimentos.²⁵

A mudança no nível da organização internacional não acontece isoladamente. O domínio das empresas de alimentação tem crescido em muitas esferas de poder e espaços de decisão, como é o caso do Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável de São Paulo (Consea-SP) que, em sua última eleição, teve como mais votados para presidente e vice-presidente, respectivamente, um alto diretor da indústria de ultraprocessados e representante político desse setor, e uma representante do empresariado rural, diretora-executiva da Sociedade Rural Brasileira (SRB)²⁶.

Os supermercados foram um dos únicos setores do varejo que não tiveram seus rendimentos prejudicados pela pandemia da Covid-19 no Brasil.²⁷ É importante ligar essa informação com outra: a de que mais da metade da população brasileira encontra-se hoje em insegurança alimentar, com cerca de 9% das pessoas enfrentando a sua forma mais grave, a fome. No meio rural, esse número salta para 12%. Os números são do Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil, realizado pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede PENSSAN) em 2020²⁸, quando o auxílio emergencial do governo federal assumia valores consideravelmente mais altos e abrangia um público maior do que o auxílio praticado hoje, o que sugere que em 2021 os números são ainda mais assustadores.

A pesquisa liga o aumento da fome no meio rural com a diminuição dos

25. Conferência Popular promove Encontro Autônomo sobre Cúpula Mundial dos Sistemas Alimentares. 2021. Disponível em: <https://conferenciassan.org.br/conferencia-popular-promove-encontro-autonomo-sobre-cupula-mundial-dos-sistemas-alimentares/>. Acesso em: 2 jul. 2021.

26. CORNILS, Patricia. Indústria De Ultraprocessados e ruralistas querem comandar Consea de São Paulo. 2021. Disponível em: <https://Ojoioeotrigo.Com.Br/2021/04/Industria-De-Ultraprocessados-E-Ruralistas-Querem-Comandar-Consea-De-Sao-Paulo/>. Acesso em: 2 jul. 2021.

27. IBGE: piora da pandemia prejudicou todo segmento do varejo, exceto supermercados. 2021. Disponível em: <https://www.istoedinheiro.com.br/ibge-piora-da-pandemia-prejudicou-todo-segmento-do-varejo-exceto-supermercados/>. Acesso em: 2 jul. 2021.

28. Olhe para a fome. 2021. Disponível em: <http://olheparaafome.com.br/>. Acesso em: 1 jul. de 2021.

valores praticados na compra e venda dos produtos agrícolas, o que diminuiu os rendimentos das famílias que têm na agricultura sua fonte de renda. Essas informações nos fazem questionar seriamente sobre qual o papel dos supermercados e das empresas transnacionais da alimentação no que diz respeito à alimentação. Certamente seu crescimento não se deu fortalecendo a agricultura familiar, camponesa, das comunidades e povos tradicionais, mas, sim, fortalecendo sua exploração. Na realidade, o setor dos supermercados e da indústria de alimentos, ao tomar conta de tantas esferas de participação e decisão, tende a fortalecer o poder corporativo das empresas de alimentos ultraprocessados e da agricultura industrial, que trazem consigo a possibilidade iminente de criar pandemias²⁹.

A Cúpula dos Sistemas alimentares desse ano se guia, principalmente, por cinco eixos: garantir alimentos saudáveis e acessíveis para todos; adotar modos de consumo sustentáveis; impulsionar a produção favorável à natureza; promover meios de vida justos; e criar resiliência diante de tensões e vulnerabilidades. Chamamos especial atenção para o eixo que diz respeito à produção favorável à natureza, no qual aparecem recomendações claramente ligadas a falsas soluções de mercado, como a financeirização da terra e do solo, os quais se transformam em mais um meio de geração de créditos de carbono. Outras linhas do programa não necessariamente estão ligadas diretamente à financeirização, mas se relacionam com ela, como aumentar o recolhimento de dados e a criação de bancos genéticos compartilhados e digitalizados³⁰. Ressaltamos também que essas recomendações – profundamente ligadas à captura corporativa da agricultura – se misturam, nos documentos da cúpula, com recomendações que apontam para um fortalecimento da agroecologia. Isso demonstra o potencial político que a agroecologia, assim como o feminismo, tem ganhado nos últimos anos, mas também o risco iminente de que o conceito seja capturado pelas corporações e esvaziado em sua força política, servindo como maquiagem para esconder as iniciativas de ampliação das fronteiras da mercadoria.

29. AGUIAR, Diana; SANTIAGO, Bruno. A biodiversidade é o melhor remédio contra pandemias. 2020. Disponível em: <https://grain.org/es/article/6512-a-biodiversidade-e-o-melhor-remedio-contra-pandemias>. Acesso em: 3 jul. 2021.

30. 'Ideas Paper' Action Track 3: Boost Nature-Positive Food Production at Scale Draft. 2021. Disponível em: https://www.gov.br/mre/pt-br/cupula-2021-sistemas-alimentares-dialogos/documentos/at3_synthesis_propositions_wave1.pdf. Acesso em: 4 jul. 2021.

Os caminhos contra-hegemônicos criados pelas mulheres

Com tantos avanços sobre os territórios e a vida das mulheres, elas reinventam suas formas de luta e renovam as fronteiras da resistência. **Contra a digitalização desenfreada controlada pelo poder corporativo, elas constroem alternativas tecnológicas através das infraestruturas comunitárias e do software livre. Contra o avanço do novo agronegócio, reinventam a agroecologia feminista e dão sentido à produção da comida e do viver. Contra a apropriação da vida a serviço do lucro feita pela bioeconomia, renovam o conceito de “comum”, de “direito” e até mesmo de “natureza”.** Aqui falaremos sobre como as mulheres resistem aos novos cercamentos e constroem movimentos que colocam a interdependência entre as pessoas e nossa ecodependência em relação à natureza como eixos centrais das lutas. Elas nos mostram que os bens comuns não existem apesar do trabalho de reprodução da vida, e sim graças a ele. Há sistemas sociais criados pelas mulheres, não necessariamente judicializados e oficializados, que produzem e cuidam do que é comum a todos, e que tentam não só manter, mas também expandir essas fronteiras.

Mulheres quebradeiras de coco babaçu, território comum: “Não existe coco livre em terra presa”³¹

Os babaçuais são extensas áreas onde há abundância da palmeira de coco babaçu, chamada pelas quebradeiras de coco como “palmeira-mãe”. Há grandes babaçuais em muitas partes do Brasil (Maranhão, Pará, Piauí, Tocantins e Mato Grosso) que alcançam até outros países da América Latina (como os babaçuais do Bosque Seco Chiquitano, na Bolívia). Quando os cercamentos sobre esses territórios começaram a se intensificar, as mulheres quebradeiras de coco passaram a se organizar para exigir seu direito a terra, ao território e ao acesso livre às palmeiras, formando o Movimento Interestadual Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB). Naquele momento, uniram mulheres de quatro estados brasileiros em movimento pelas seguintes demandas: pela não derrubada da floresta, pela proibição do corte do babaçu e da venda de coco babaçu inteiro, pela proibição do uso de agrotóxicos nos babaçuais e pela

31. AGUIAR, Diana et al. A força das mulheres do Cerrado: Raizeiras e Quebradeiras. 2020. Disponível em: <https://fase.org.br/pt/informe-se/artigos/a-forca-das-mulheres-do-cerrado-raizeiras-e-quebradeiras/>. Acesso em: 8 jul. 2021.

ausência de vegetações vizinhas aos babaçuais que prejudicassem seu desenvolvimento³².

Em sua luta pelos babaçuais livres e por seu direito de manejar o coco babaçu livremente, as mulheres quebradeiras de coco invertem conceitos do próprio direito agrário. Exigindo o direito de continuar vivendo da palmeira de coco babaçu, a qual chamam de “nossa mãe”, elas transformam o conceito do Direito que garante e valoriza apenas a terra, e não as árvores. O código civil brasileiro compreende as árvores como coisas acessórias, que estão de alguma forma subordinadas a terra. Quando as mulheres propõem os babaçuais livres, mostram que a relação com a natureza ultrapassa a lógica da posse da terra. Elas lutam não só pelo livre acesso aos babaçuais, mas pelo direito à coleta e aproveitamento completo da palmeira, e por leis e políticas municipais e regionais que garantam seu modo de vida. Foi uma conquista dessa luta o fato de que a constituição estadual do Maranhão garante que as regiões de babaçuais devem permanecer em regime de economia comunitária, e que outros estados e municípios tenham leis parecidas³³.

Isso não quer dizer que não haja pressão sobre os babaçuais, e que a crescente ofensiva sobre os bens comuns não possa colocar esses direitos em risco. As mulheres compreendem que a luta ultrapassa o âmbito jurídico, mas afirmam que as leis têm sido uma importante estratégia de garantia contra a extinção dos babaçuais, principalmente na região do MATOPIBA³⁴, onde o projeto do agronegócio quer transformar a Amazônia em uma grande área de produção de commodities. **Nessa conjuntura, não basta lutar pela manutenção de suas conquistas, é preciso lutar também contra o agronegócio, a mineração, e as novas formas de grilagem digital das terras.**

A luta das mulheres também passa pela construção da economia do ba-

32. Rede de Estudos Rurais. Segunda sessão do Webinário III, GT 5 da Rede de Estudos: Novas teorias, práticas e resistências das mulheres do campo, das florestas e das águas frente às transformações dos sistemas agroalimentares. 2021. Disponível em: <https://youtu.be/GX5z-7I98D4>. Acesso em: 8 jul. 2021.

33. Para saber mais sobre as Leis do Babaçu Livre ver “A força das mulheres do Cerrado: Raizeiras e Quebradeiras”. Disponível em: <https://fase.org.br/pt/informe-se/artigos/a-forca-das-mulheres-do-cerrado-raizeiras-e-quebradeiras/> Acesso em: 8 jun. 2021

34. Área de expansão da fronteira agrícola no Brasil que se dá sobre as terras dos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia.

babaçu e por reforçar a importância de manter o babaçu na alimentação das pessoas do campo e da cidade. Essa construção foi necessária, pois as mulheres relatam que, quando precisam comercializar o babaçu “a gente busca um mercado e encontra um atravessador, que escraviza e não permite os preços que a gente busca através das leis que tanto lutamos para ter o babaçu em pé”. Com o avanço da fronteira agrícola pelo agronegócio, o óleo de soja começou a competir com o óleo de babaçu no mercado e, em consequência, na vida cotidiana das pessoas. Para resistir a essa tendência, as mulheres reforçam a importância de manter o óleo de babaçu como componente essencial na alimentação escolar de diversos municípios, a partir da Política Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), mesmo a contragosto de muitos prefeitos, que julgam o alimento muito caro.

Além de enfrentarem o avanço sobre os babaçuais e a competição desleal com produtos das empresas transnacionais da alimentação, as mulheres também enfrentam empresas interessadas em seu conhecimento tradicional acerca das formas de manejo e das propriedades medicinais das plantas. Essas empresas buscam, em um primeiro momento, se apropriar do conhecimento das mulheres, para depois fazer negócios com ele. A partir dessa ofensiva, as quebradeiras, em aliança com movimentos e organizações parceiras, fizeram uma série de reflexões para formular estratégias próprias para lidar com esses projetos, entendendo-os de maneira integral e pensando coletivamente sobre a melhor forma de lidar com eles, visando manter sua autonomia (MIYASAKA; NETO; VEIGA, 2012).

Software livre e infraestruturas comunitárias contra a digitalização do poder corporativo

A experiência feminista na construção de outras formas de comunicação e no movimento das tecnologias livres nos traz muitas reflexões sobre quais podem ser nossas alternativas à digitalização comandada pelo poder corporativo. A elaboração feminista nesse campo não se restringe a uma crítica, mas propõe diferentes caminhos de construção.

Niko Yankes, companheira feminista do Coletivo Código Sur, nos dá pistas sobre a relação entre a digitalização e a destruição da natureza:

Faz pouco tempo, eu estava vendo a poluição que é produzida como resultado das transmissões online das grandes empresas. O que é que produz a poluição? As empresas estão tentando centralizar mais e mais informações. Centralizar as informações do planeta gera poluição, pois requer mais equipamentos, mais energia, mais máquinas conectadas, diversas máquinas em diferentes locais para ter informações acessíveis. Portanto, uma das formas de não gerar tanta poluição, olhando essa questão a partir do ponto de vista comunitário, é a descentralização da informação. Nossos dados se traduzem em dinheiro. Mas também é necessário ter esses dados armazenados, assim como mais equipamentos para poder analisá-los.³⁵

Apontando a extração massiva de dados e as práticas de vigilância como pilares fundamentais desse modelo de tecnologia baseada no extrativismo, demonstra o que podem ser as alternativas construídas coletivamente:

Propomos a ideia de gerar uma infraestrutura de Internet de forma comunitária e colaborativa, na qual possamos nos respeitar, de forma recíproca, e encontrar as melhores maneiras de implementá-la. Estas não são as únicas opções tecnológicas alternativas. Existem também, por exemplo, as redes comunitárias de Internet, que estão mais localizadas em uma determinada área geográfica, e existem também outras alternativas, que têm a ver com os tipos de comunicação digital atuais (algoritmos, ferramentas de busca, navegação, telefonia móvel, *hardware*, *software*...). Um monte de alternativas está sendo criadas perante estas lógicas de privatização do conhecimento e de geração de lucros excessivos com o uso das ferramentas.

Um exemplo concreto de rede comunitária de comunicação feminista foi desenvolvido por ativistas das tecnologias livres do coletivo Maria-Lab junto das mulheres da Rede Agroecológica de Mulheres Agricultoras (RAMA) da Barra do Turvo, no Vale do Ribeira, São Paulo. Essa aliança gerou um processo coletivo de construção de uma rede autônoma de comunicação, que partiu da recuperação da memória e ancestralidade das mulheres quilombolas sobre suas tecnologias próprias, visibilizando as tantas tecnologias ancestrais que aquele território desenvolveu e

35. CAPIRE. Hackear o patriarcado, construir alternativas tecnológicas feministas e comunitárias. 2021. Disponível em: <https://capiremov.org/entrevista/hackear-o-patriarcado/>. Acesso em: 6 jul. 2021.

utilizou antes da internet chegar. A construção da rede de comunicação desde o ponto zero também proporcionou um olhar privilegiado sobre tudo o que está envolvido na comunicação digital: aprendemos juntas o que são e como funcionam os satélites, cabos submarinos, antenas, roteadores, nossos celulares e computadores. Além disso, os usos práticos dessa rede também viraram assunto entre as mulheres agricultoras, que ressaltaram que a prioridade da rede era permitir uma comunicação melhor com os consumidores e parceiros da cidade, que constroem o circuito de comercialização junto a elas. Além disso, falaram sobre a importância de manter uma comunicação mais frequente com os filhos que estão na cidade, e sobre os benefícios para as crianças e jovens, que podem acompanhar melhor a escola durante o ensino remoto.

Em um contexto de vigilância massiva, no qual comunidades tradicionais, indígenas, quilombolas e camponesas estão sob ataque, muitas vezes sendo os obstáculos vivos ao avanço do capital, construir redes autônomas de comunicação, não necessariamente conectadas à internet, pode ser uma estratégia política de proteção e segurança. Ao mesmo tempo, conhecer as possibilidades de infraestruturas comunitárias de conexão à internet pode para a politização das tecnologias digitais, nos territórios e na política pública, disputando inclusive a visão de que a superação da exclusão digital precisa, necessariamente, de infraestruturas corporativas que drenam os recursos públicos, enquanto se apropriam de tudo o que acontece em suas redes. (MORENO, 2020, p. 66)

Agroecologia feminista e soberania alimentar contra a agricultura industrial e digitalizada

Poderíamos falar da relação entre luta feminista, agroecologia e soberania alimentar a partir de diversas perspectivas. Uma forma de olhar que consideramos interessante parte das necessárias resistências e retomadas dos corpos-tempos-territórios, pensadas a partir de sujeitos coletivos feministas e de seus projetos políticos de reorganização da vida em comum. Junto das companheiras da Coletiva XXK - Feminismos, pensamento e ação, desenvolvemos uma visão comum sobre os entrelaçamentos dos corpos-tempos-territórios e o papel das chamadas “tramas comunitárias” nessa questão:

Essas tramas se referem à alimentação, à construção de soberania alimentar e agroecologia; referem-se também à reorganização dos tempos e ritmos do trabalho, o que supõe não só regulações e transições, mas também a construção de outras referências, como a do trabalho associado e cooperativo; e faz referência também à necessidade de frear os processos de mercantilização da vida ou, mais ainda, desmercantilizar os corpos e a natureza. Em suma, refere-se necessariamente à luta permanente contra a ofensiva capitalista, patriarcal e colonialista, de ocupação e despossessão, cujo método é a apropriação, a violência e a destruição de experiências alternativas e contra-hegemônicas. (COLECTIVA XXK; SOF, 2020, p. 50)

Entendemos a agroecologia feminista como uma aposta política para a construção dessas outras tramas, que possibilitem espaços-tempo de refúgio e recuperação para que toda a vida, humana e não humana, possa se regenerar. **Construir essa realidade tem sido uma luta que se dá nos territórios, mas também dentro do próprio movimento agroecológico, no qual a história das mulheres e seu papel na construção do movimento são sistematicamente apagados.** Para se fazerem ouvidas e para que sua forma de pensar a agroecologia seja considerada, as mulheres do movimento têm feito o esforço constante de lembrar e sistematizar suas histórias enquanto coletivos, em um exercício chamado Rio da Vida. Essa é também uma forma de retomada: relembando os processos que construímos, visibilizando seu caráter coletivo, retomamos nosso papel enquanto sujeitas políticas que não cabem na forma preestabelecida – dos homens – do que é política. Retomamos nossa trajetória não só para dizer que tivemos papel na construção da ordem estabelecida, mas para mostrar que ela nunca foi única, e que as histórias que não são contadas dizem muito (talvez mais) de um processo político do que aquelas que são insistentemente repetidas (MOREIRA; FERREIRA, 2018).

A agroecologia feminista, como um projeto de resistência e retomada, se desdobra em muitos campos: é uma aposta por outra relação com a natureza, com o alimento, com o tempo, com o território, com a economia e entre as pessoas. Todas estas dimensões ficam bastante visíveis quando nos debruçamos sobre as relações entre campo e cidade que são desenvolvidas a partir dessa aposta. A relação da Rede Agroecológica de Mulheres Agricultoras (RAMA) da Barra do Turvo, no Vale do Ribeira, com a Rede de Grupos de Consumo Responsável da Grande São Paulo é um exemplo de como essa teia pode ser tecida.

Quando falamos sobre a Agricultura 4.0, no início deste texto, citamos que um apelo das corporações que estão a favor desse modo de fazer agricultura é que, dessa forma, seria possível rastrear com mais eficácia os alimentos pela cadeia de produção e, conseqüentemente, dar mais confiança sobre a origem do produto para o consumidor final. Rastreando todos os processos e lugares por onde o alimento passa, seria possível, por exemplo, provar que ele não é fruto de desmatamento ilegal. Em seguida, quando abordamos os cadastros digitais, fica claro que essa “prova” de que o produto não provém de desmatamento é bastante duvidosa, já que se baseia em formas de georreferenciamento e controle nada confiáveis. É possível, a partir desse lugar, comparar o que é a rastreabilidade da agricultura 4.0 e o que é a confiança para a agroecologia feminista.

No processo de comercialização solidária, todas as pessoas envolvidas exercem alguma função no trabalho de autogestão das compras. Os militantes da cidade organizam planilhas, pagamentos, contato com as agricultoras, realizam reuniões para discutir preços, forma de organização e de logística, entre outras funções. As agricultoras cuidam do trabalho nas roças, quintais e agroflorestas, estão em contato permanente com os consumidores, se juntam em seus grupos de mulheres para fazer mutirões e trocas de saberes, para enviar ofertas e organizar as finanças. Todo esse trabalho coletivo é selado em encontros que, antes da pandemia da Covid-19, aconteciam ao menos uma vez por ano. Com todos reunidos na Barra do Turvo, caminhávamos pelos espaços de produção da vida das mulheres, que não se restringem aos roçados: são também a cozinha, o caminho da estrada até a casa de uma companheira, o momento de descanso em um ponto mais alto da roça onde é possível aproveitar a vista. Ali foram tecidas relações de afeto, compreensão e cuidado mútuo que superam em muito uma ideia unidimensional de “certificação”. A confiança é construída como um processo contínuo, que não é demarcado em um selo, mas, sim, por uma relação de amizade, afeto, compromisso político e sonhos compartilhados.

A construção de uma agenda comum

As respostas apresentadas na seção anterior deste texto foram todas construídas em alianças com outros movimentos e organizações. É só quando estamos elaborando e construindo juntas e juntos que tecemos análises, críticas e alternativas feministas possíveis às novas tendências de apropriação da natureza, dos corpos-territórios-tempos das mulheres e das pautas de nossas agendas, que também têm sido capturadas pelo poder corporativo que as esvazia de seu conteúdo político.

No início deste texto dissemos que muitas dessas tendências se iniciaram ou se fortaleceram após a crise do sistema capitalista em 2008. A necessidade de olharmos em conjunto para esses assuntos no presente se relaciona com o fato de que, **com os desdobramentos das diversas crises que foram disparadas pela pandemia da Covid-19, o capitalismo tende a se reinventar novamente para expandir suas cercas “pintadas de verde”**. Ao mesmo tempo, a preocupação coletiva com os assuntos da natureza, do meio ambiente e dos bens comuns nunca foi tão unânime entre nossos movimentos e entre as pessoas no geral, isso porque a emergência das mudanças climáticas é cada vez mais gritante; a agroecologia se populariza como uma crítica e uma alternativa à forma predatória de produção de alimentos; e muitas questões de saúde física e mental, cada vez mais comuns, aparecem como resultado da nossa total alienação em relação à natureza. **Nossa tarefa coletiva é demonstrar como o sistema capitalista, racista, patriarcal e antropocêntrico é incapaz de amenizar ou tratar desses problemas.**

Ao mesmo tempo, tampouco é possível enfrentá-los sem visibilizar e aprender sobre as formas de luta, vida e resistência daquelas que sempre se relacionaram com o mundo a partir de outras lógicas. As mulheres agricultoras agroecológicas demonstram como a aposta pela diversidade – de cultivo e de formas de relação com a natureza – é integrada às suas práticas. Enquanto o mercado avança na tentativa de transformar o solo em um mero sumidouro de carbono, as mulheres constroem a fertilidade de seu solo no dia a dia, vendo-o como um organismo vivo que precisa de cuidado, alimento e cobertura, tanto quanto todos os outros, e ainda recebendo especial atenção, por ser o gerador de todas as outras formas de vida.

A organização das mulheres no movimento agroecológico e em tantos outros movimentos de luta pela defesa dos bens comuns é radical porque mostra que não há mudança possível na relação dos humanos

com a natureza que não inclua a transformação das relações sociais. A partir desta articulação, resistem à homogeneização das formas de se relacionar, que toma conta de tantas esferas da vida, e à inteligência artificial, que não consegue imaginar futuros alternativos ao autoritarismo patriarcal.

Referências bibliográficas

COLECTIVA XXX; SOF, SEMPREVIVA ORGANIZAÇÃO FEMINISTA. **Juntas e misturadas: explorando territórios da economia feminista**. São Paulo: Sof/XXX, 2021.

FATHEUER, Thomas. **The bioeconomy controversy: considering the bioeconomy from a development policy perspective**. Berlim: FDCL, 2018.

FERNANDES, MARIANNA. “Entre apps e bots: o que está em jogo para as mulheres trabalhadoras na economia digital?” In: MORENO, Renata (Org.). **Crítica feminista ao poder corporativo**. São Paulo: Sof, 2020.

GRAIN. **Empresas de alimentos e agronegócio vendem um golpe mortal**. Boletim WRM N°255. Março / Abril 2021.

HILLENKAMP, Isabelle; LOBO, Natália. “Resiliência de agricultoras agroecológicas organizadas em rede: a experiência da RAMA face à pandemia da Covid-19”. In: NOBRE, Miriam (org.). **Um meio tempo preparando outro tempo: cuidados, produção de alimentos e organização de mulheres agroecológicas na pandemia**. São Paulo: Sof, 2021.

MASCARELLO, Júlia. **A cooperação internacional em contextos assimétricos: uma análise da cooperação Brasil-Alemanha em bioeconomia**. 2020. 113 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2020.

MIYASAKA, Noemi; NETO, Joaquim Shiraishi; VEIGA, Iran. **Mais uma luta no campo jurídico: pelo conhecimento tradicional no modo de vida das quebradeiras de coco babaçu**. São Luís: ASSEMA; COOPAESP; MIQCB, 2012.

MOONEY, Pat; ETC Group. **Blocking the chain. Industrial food chain concentration, Big Data platforms and food sovereignty solutions**. Canada/Berlin: RosaLuxemburg-Stiftung, 2018.

MOREIRA, Sarah Luiza de Souza; FERREIRA, Ana Paula; SILIPRANDI, Emma. Memórias das mulheres na agroecologia do Brasil. In: SANCHEZ, G. P. Z. et al. (Coord). **Agroecologia em femenino: reflexiones a partir de nuestras experiencias**. La Paz: Socla, 2018.

MORENO, Camila. **Landscaping a Biofuture in Latin America**. The Centre for Research and Documentation Chile-Latin America/ Forschungs- und Dokumentationszentrum Chile-Lateinamerika e. V. FDCL. 2016.

MORENO, Renata. “Pistas para entender e enfrentar o capitalismo digital”. In: ZELIC, Helena; MORENO, Renata (org.). **Capitalismo digital, comunicação e construção de movimento: trilhas feministas**. São Paulo: Sof, 2020.

NOBRE, Miriam; LOBO, Natália. **Os impactos das exclusões baseadas na natureza nos corpos-territórios das mulheres.** Boletim WRM N°255. Março / Abril 2021.

NOBRE, Miriam; MORENO, Renata. “Natureza, trabalho e corpo: percursos feministas e pistas para a ação”. In: **Economia feminista e ecológica: resistências e retomadas de corpos e territórios.** Ana Isla, Miriam Nobre, Renata Moreno, Sheyla Saori Iyusuka, Yayo Herrero. São Paulo: Sof, 2020.

PAIM, Elisagela Soldateli (Org.) **Resistências e re-existências: mulheres, território e meio ambiente em tempos de pandemia /** Vários autores. São Paulo: Editora Funilaria, 2020.

RIBEIRO, Silvia. “Impactos da era digital: a inteligência artificial não tem subjuntivo”. In: ZELIC, Helena; MORENO, Renata (org.). **Capitalismo digital, comunicação e construção de movimento: trilhas feministas.** São Paulo: Sof, 2020. p. 1-92.

SADOWSKI, Jathan. When data is capital: Datafication, accumulation, and extraction. **Big Data & Society**, vol. 6, n.1, 2019.

YÁNEZ, Ivonne. **Quando as formas de opressão se juntam nos mesmos sujeitos.** Boletim WRM N° 255. Março / Abril 2021.



**FUNDAÇÃO
ROSA
LUXEMBURGO**

